



PROJETO SELO DIGITAL

Resumo para os notários

Este documento tem como objetivo explicar o Projeto Selo Digital para os notários em linguagem simplificada. Uma vez entendido o Projeto, por meio deste documento, para se aprofundar nos quesitos técnicos será necessário acessar a Especificação de Requisitos de Software elaborada pelo TJ/SP que se encontra na versão 5.0 à época da publicação deste resumo.

1. O que é o Projeto Selo Digital?

O Projeto Selo Digital é um Projeto criado pela CGJ/SP para cumprir a Meta 7 do CNJ, que exige: “Desenvolver selo digital para todos os atos praticados pelos serviços extrajudiciais com a funcionalidade de QR CODE para que o usuário possa atestar a validade do ato e de seu conteúdo, bem como implementando funcionalidade para a fiscalização e correição remota pela Corregedoria de Justiça”;

No dia 26 de julho de 2018 foi publicado no Portal do Extrajudicial o Comunicado Técnico CG nº 1425/18, informando que o Projeto entrará em vigor a partir de 20/08/2018 para unidades da Capital e 10/09/2018 para unidades do Interior.

O Selo Digital consiste na geração e envio para o TJ/SP de uma série de informações para cada ato lavrado, inclusive valores de emolumentos. Essas informações compõem o denominado “Registro do Ato”, cujo layout se encontra no final deste documento. Para facilitar a leitura, neste documento chamaremos o “Registro do Ato” de Selo Digital. Note que dentro do “Registro do Ato” existe um

campo com 25 posições denominado “Código do Selo Digital”. Cuidado para não confundir Selo Digital / “Registro do Ato” com o Código do Selo Digital.

No Projeto Selo Digital os atos notariais estão divididos em dois grandes grupos. Os atos internos, que são “arquivados”¹ no Livro de Notas e os atos externos que o cidadão leva com ele, como as certidões, traslados, reconhecimentos de firma e autenticações.

O Selo Digital não é o QR Code. O Selo Digital é o “Registro do Ato” que será enviado para o TJ/SP, enquanto que o QR Code é um código de barras bidimensional que deverá ser impresso no ato externo para que o cidadão possa lê-lo por meio leitora específica ou até smartphone que o direcionará para uma página na internet, no site do TJ/SP, exibindo algumas informações sobre o ato, as quais garantirão a segurança do mesmo.

Os QR Codes deverão ser gerados com base em algumas informações do “Registro do Ato”, conforme explicado no item 3.1 Especificações.

Para os atos de autenticação e reconhecimento de firma, que atualmente recebem selo físico da RRD, o procedimento será ligeiramente diferente. Continuará sendo necessária a geração do “Registro do Ato” e seu envio para o TJ/SP. A diferença é que o QR Code não precisará ser impresso no ato, pois o selo da RRD já vem de fábrica com um QR Code contendo os dados que o TJ/SP precisará para permitir a consulta do cidadão, por meio da leitura desse QR Code e direcionamento para o site do TJ/SP.

Os atos internos que são “arquivados” no Livro de Notas não precisam receber um QR Code, mas precisam que o Selo Digital (“Registro do Ato”) seja enviado para o TJ/SP. Note-se que por não haver QR Code no documento, para realizar uma busca futura e localizar o Selo Digital, deverá ser utilizado o sistema próprio do cartório, com base nos números de livro e folha.

Para exemplificar usaremos a lavratura de uma Escritura de Compra e Venda. Serão gerados dois Selos Digitais “Registros do Ato”:

¹ O uso do termo “arquivados” é apenas para fins didáticos, pois o mais adequado seria o termo “lavrados”.

- Um para o ato interno que é a Escritura, onde o campo Tipo do Ato será preenchido com “ES” e os valores dos emolumentos preenchidos com os valores da Escritura. Esse ato será “arquivado” no Livro de Notas e não receberá QR Code.

- Outro para o ato externo que é o Traslado, onde o campo Tipo do Ato será preenchido com “TR” e os valores dos emolumentos preenchidos com zeros, uma vez que esse ato não é cobrado. Esse ato deverá receber um QR Code.

O envio diário dos Selos Digitais de todos os tipos de atos para o TJ/SP poderá ser feito um-a-um ou em bloco. Esse envio permitirá que os cidadãos possam conferir os dados dos atos externos por meio da leitura do QR Code e também permitirá com que o TJ/SP cumpra a meta da correção remota, pois no “Registro do Ato” estão também as informações sobre os emolumentos. Valores percebidos pelo tabelião e todos os valores repassados.

Abaixo existe uma seção com um resumo prático dos aspectos técnicos do selo digital.

2. Histórico

No final de abril e início de maio de 2018 o TJ/SP convocou uma série de reuniões para desenvolver um sistema que possibilitasse a utilização de um selo digital em todos os atos praticados pelos serviços extrajudiciais do Estado de São Paulo. As referidas reuniões tiveram a presença dos representantes das entidades de classe, técnicos dessas associações e dos membros do grupo que coordena o desenvolvimento de sistemas do TJ/SP.

No dia 15 de maio de 2018, com a presença dos acima citados e das empresas de desenvolvimento de software foi realizada a primeira reunião no auditório do CNB/SP, que permitiu aos desenvolvedores de sistemas para unidades extrajudiciais terem o primeiro contato concreto com o Projeto e com o Manual elaborado pela equipe técnica do TJ/SP.

Nessa data foi criado um fórum no site da Anoreg/SP para servir como ponto de encontro entre os técnicos do TJ/SP, das entidades e das empresas

desenvolvedoras, no intuito de dirimir as dúvidas que surgissem e aprimorar o Projeto.

Com o mesmo propósito foram realizadas duas reuniões *online* entre os técnicos do TJ/SP, das entidades e das empresas desenvolvedoras. A primeira no dia 29 de maio de 2018 e a segunda, no dia 5 de junho de 2018.

O CNB/SP alertou os tabelionatos do Estado sobre as reuniões e sobre o Projeto por meio de Circulares. As Circulares 2983, 2989, 2990, 2993 e 2994 em Maio e as Circulares 3047, 3048 e 3049 em Julho deste ano.

Atendendo à solicitação da equipe técnica do TJSP, no dia 22 de junho de 2018 o CNB/SP encaminhou a indicação dos 3 tabelionatos de notas para a participação no Projeto Piloto.

No dia 26 de julho de 2018 foi publicado no Portal do Extrajudicial o Comunicado Técnico CG nº 1425/18, informando que o Projeto entrará em vigor a partir de 20/08/2018 para unidades da Capital e 10/09/2018 para unidades do Interior.

Foi realizada, então, no dia 27 de julho de 2018, na sede do CNB/SP, mais uma reunião com os técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), os representantes técnicos das entidades e com os desenvolvedores de sistemas para sanar dúvidas sobre o Projeto do Selo Digital.

3. Como funciona / Resumo prático

3.1 Especificações:

O Selo Digital é um instrumento para a identificação e verificação dos atos praticados pelas Serventias Extrajudiciais, sendo composto por uma sequência alfanumérica e por um QR Code nos casos dos atos externos.

O Selo Digital será gerado pelo sistema da própria Serventia quando da prática de qualquer ato interno ou externo e inclusive nos casos de retificação de um ato.

Os atos externos impressos e digitais da Serventia deverão exibir o código do Selo Digital e um QR Code com tamanho mínimo de 3,5 cm x 3,5 cm e tamanho máximo de 4,5 cm x 4,5 cm.

Observações importantes:

- O QR Code deverá conter as seguintes informações: I - URL do Tribunal de Justiça (<https://selodigital.tjsp.jus.br>); II - Código do Selo Digital com 25 (vinte e cinco) posições; III - Valor total dos emolumentos do ato; IV - Valor do ISS recolhido e V - Assinatura Digital.

- É vedado lançamento de carimbos, assinaturas, rubricas, escritos ou qualquer elemento sobre o QR Code, para que a sua leitura não seja comprometida, prejudicada ou impedida.

- O QR Code deverá ser impresso/gerado diretamente no ato, sem o uso de etiquetas, exceto: I - quando estas forem indispensáveis para o lançamento do QR Code no ato e não houver como imprimi-lo e gerá-lo diretamente; II - nos atos de reconhecimentos de firma e autenticações, por utilizarem Selos Híbridos (Físicos) que já possuem QR Code.

- Os atos internos praticados pelas Serventias também deverão possuir Selo Digital (gerados com assinatura), mas não necessitarão de QR Code. Porém, todos os atos externos (materializados e entregues ao cidadão) deverão possuir Selo Digital e QR Code.

3.2 Equipamentos necessários:

Para imprimir os QR Codes nos atos, é preciso ter pelo menos uma impressora com qualidade suficiente para reproduzi-los.

Para saber se a impressora usada para imprimir os atos suporta a impressão do QR Code do selo digital, imprima o exemplo abaixo e tente ler o QR Code utilizando seu smartphone. Existem diversos aplicativos para os sistemas operacionais IOS e Android. A resposta do seu smartphone deverá exibir as

informações do selo digital no site do TJ/SP. Mesmo que o resultado aponte para um link www.tjsp.jus.br, indicando falha devido a conexão não privada ou certificado inválido, quer dizer que sua impressora atende aos requisitos.

QR Code de exemplo:



40mmx40mm

Para enviar os Selos Digitais referentes aos atos de autenticação e reconhecimento de firma, que já virão de fábrica com um QR Code impresso, será necessário que sejam digitados os 13 caracteres que compõem o número do selo físico no programa utilizado para enviar o selo digital para o TJ/SP. Dependendo da quantidade de atos, seria mais produtivo ter uma leitora de QR Codes que conseguisse, por meio de sistema, extrair esses 13 caracteres do QR Codes, acelerando o procedimento e diminuindo chance de erro na digitação.

Cada “Registro de Ato”/Selo Digital deve ser assinado digitalmente para poder ser enviado ao TJ/SP. Atualmente todos os tabeliães possuem certificado digital do tipo A3, aquele que é armazenado em smartcard ou token. O certificado A3 exige com que o tabelião assine o Selo Digital a todo o momento em que for lavrado um ato. Para evitar esse inconveniente a alternativa é adquirir um certificado do tipo A1, que é instalado em um computador e possibilita a assinatura automática de cada Selo Digital sem a necessidade de intervenção do tabelião. O risco fica por conta do próprio computador que terá o certificado digital do tabelião instalado nele e se for usado de forma indevida poderá enviar informações não autorizadas assinadas digitalmente pelo tabelião para qualquer destinatário. Nesse caso é muito importante que esse computador tenha acesso restrito a colaboradores de confiança.

3.3 Comunicação com o TJ/SP:

O sistema do Tribunal de Justiça fornecerá comunicação via webservice (API RESTful1), e futuramente troca de arquivos, para as Serventias poderem fazer o upload dos atos praticados.

API é uma sigla que corresponde às palavras em inglês “*Application Programming Interface*”. No português “Interface de Programação de Aplicações”. Elas são uma forma de **integrar sistemas**, possibilitando benefícios como a segurança dos dados, facilidade no intercâmbio entre informações com diferentes linguagens de programação.

Resumindo, a comunicação do sistema da Serventia com o sistema do TJ/SP se dará por meio de uma API. Não está previsto pelo TJ/SP o envio de um Selo Digital por meio de digitação numa tela do próprio TJ/SP. Será necessário que a Serventia possua um sistema de controle e envio de Selos Digitais habilitado para “conversar” com o TJ/SP.

O Portal do Tribunal de Justiça permitirá ao cidadão consultar dados específicos do ato em sítio próprio, no seguinte endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>.

O acesso das Serventias às APIs, para documentação sobre envio de registros e blocos, ocorrerá no endereço: <https://api.tjsp.jus.br/selodigital/docs>.

O piloto e teste das APIs, para o envio de registros/blocos e para a consulta do cidadão, ocorrerão, respectivamente, nos endereços:

<https://www.tjsp.jus.br/hselodigital/swagger>

<https://www.tjsp.jus.br/hselodigitalconsulta>

3.4 Como se cadastrar/habilitação:

A Serventia deverá estar cadastrada no sistema do TJ/SP. Apenas o login da Serventia será importado do Portal do Extrajudicial. A autenticação da Serventia no sistema ocorrerá por meio de login e senha.

Na tela de login do sistema do TJ/SP a Serventia deverá cadastrar uma nova senha, informando os seguintes dados: CNS; CPF/CNPJ; Data de Nascimento; Receita total do mês anterior (informada no Portal Extrajudicial); E-mail; Senha; Confirmação da Senha.

Após o preenchimento desses dados será enviado um e-mail à Serventia com um link para a confirmação do cadastro. A confirmação desse e-mail habilitará o acesso ao painel administrativo com as seguintes funções por tela:

- I - Termo de Abertura;
- II - Envio de Chave Pública da Serventia;
- III - Recolhimento da Chave Pública do TJ/SP;
- IV - Troca de Senha;
- V - Cadastro de clientes (softwares que atenderão a Serventia);
- VI - Upload file .txt Bloco (futura implementação);
- VII - Upload file .txt Lote de Registros Retificadores (futura implementação).

Através do painel administrativo será possível efetuar o upload do arquivo da chave pública da Serventia nos seguintes formatos de arquivo:

- x.509 binário codificado por DER (*.cer)
- x.509 codificado na base 64 (*.cer)
- Padrão de Sintaxe de Mensagens Criptografadas - Certificados PKCS nº7 (*.p7b)

O TJ/SP deverá armazenar todas as chaves públicas recebidas da Serventia para que possa fazer a validação das assinaturas recebidas a qualquer tempo em que uma consulta for feita por QR Code.

Através do painel administrativo também será possível efetuar o cadastro de clientes (software que atenderão a serventia) para autenticação via Cliente Credential Flow. Para obter mais detalhes veja o documento Especificação dos Requisitos de Software do TJ/SP.

3.5 Como gerar um Selo Digital:

A Serventia produz os atos. Cada ato gera um “Registro do Ato” que contém os campos definidos no layout que está ao final deste documento.

Note que os campos devem estar separados por “|” e que os campos de valor vem sem as vírgulas, isto é, para informar o valor de 32,50 deverá enviar 3250 no registro.

Segue abaixo um exemplo de “Registro do Ato”.

1234561AB123456789012318I|CIACIACIACIACIACIACIACIACI
ACI|12345678901234|I.N.I.C.I.A.I.S.|201806251451036|10000|200|300|400|5
00|600|700|800|320000|ASSINATURA DIGITAL

O campo “Assinatura Digital” será preenchido com o hash assinado usando a chave privada da Serventia. Resumindo, é o resultado da função matemática produzida pelo algoritmo do Certificado Digital da Serventia.

Exemplo:

1234561AB123456789012318I|CIACIACIACIACIACIACIACIACI|
12345678901234|I.N.I.C.I.A.I.S.|201806281631426|1000000|20000|30000|40000|500
00|60000|70000|80000|320000|n829XD4stswH7ZNx54rzOWuGYBeqw6BdtiBOaxizpkpk
p3VLHTkmEKOWkXrHVeIso76RPM6SxOTZBfxkmu/kQMn8V1D99ePB4S6CQh9rH6T5vmj1
oj82ObTe8liwO03qpoxwzOfER70tlvn4HwCi0ekNvgsvGpXekiCzweO473yeLHQutxl4Pv4F
HZYaZYsWDcr3zdDT01nBz fj3xg7LveOlaJdeAkdz sppOvdYzHwTSR+mgNgtWJAM2TAe6uH
Rq1ZcB63z0T4lw9uopWOqOwdAbu4ByKuedGyZFc2FMkC5V0N3RRapl5XjH3fQRNmOeFv
ZvK7qAEPruw2lNXhX/Nw==

3.6 Como enviar um Selo Digital para o TJ/SP:

Os Selos Digitais podem ser enviados para o TJ/SP um-a-um ou em bloco por meio do método XML, JSON ou TXT.

O envio um-a-um consiste na geração e envio de um Selo Digital a cada ato realizado no cartório. O envio em bloco foi idealizado para permitir que cartórios com pouco acesso a internet conseguissem gerar seus Selos Digitais e,

quando tivessem acesso, pudessem enviar todos os selos que estavam sendo represados.

Este documento explicará como testar o envio um-a-um utilizando o método TXT que é o mais fácil. Para aqueles que possuem um conhecimento mais aprofundado de tecnologia, a Especificação de Requisitos do TJ/SP detalha as outras formas.

O prazo máximo para envio do Selo Digital é de até 24 (vinte e quatro) horas da emissão do ato. Selos Digitais enviados após esse prazo poderão ser monitorados pela E. CGJ para efeito de correção.

Passo-a-passo para testar o envio um-a-um utilizando TXT:

- Clique em <https://www.tjsp.jus.br/hselodigital/swagger>
- Selecione “Registro”
- Clique em “Post” que está ao lado de “/v1/registros/linha”
- Clique em “Try it out”
- Recorte o “Registro do Ato” completo, já com a assinatura digital e cole no campo “String”
- Clique em “EXECUTE”
- Se o retorno for o código 200 quer dizer que o Selo Digital foi recebido e processado com sucesso.

Segundo a equipe do TJ/SP, para enviar Selos Digitais para o ambiente de produção a Serventia precisará obrigatoriamente utilizar um sistema. Esse sistema deverá ser habilitado pelo TJ/SP a enviar dados para ele, como única forma de comunicação. Além disso, o sistema é importante para controlar todos os atos que já foram enviados, receber de volta aqueles que o TJ/SP apontou como errados e também para retificar atos.

A Especificação de Requisitos do TJ/SP detalha as formas de envio de dados para o TJ/SP em ambiente de produção.

3.7 Como retificar um Selo Digital:

Se um Selo Digital precisar ser retificado, um novo QR Code deverá ser impresso a partir de um novo Selo Digital com os dados corretos. Esse novo Selo Digital que deverá ser enviado para o TJ/SP, possuirá um campo a mais em relação ao Selo Digital normal. Nesse novo campo constará o “Código do Selo Digital” anterior (são as 25 posições que compõem esse campo), conforme exemplo abaixo.

O Selo Digital para retificação deverá ter 1 (um) campo a mais que o comum, denominado Selo Retificado [sr], sem o qual o sistema não entenderá se tratar de uma retificação. Este campo permitirá a vinculação do Selo Digital comum com o segundo Selo Digital que o retificará. Confira-se:

Campo [sr] - Selo Retificado - Com 25 (vinte e cinco) posições - Para o preenchimento do “Código do Selo Digital” primeiramente enviado ao sistema do Tribunal de Justiça (com 25 posições), e cujo respectivo registro deverá ser retificado por meio do envio do segundo registro.

Exemplo de linha de registro para solicitação de retificação, note que o campo [sr] deverá estar logo antes da Assinatura Digital.

1234561AB123456789023418Z|CIACIACIACIACIACIACIACIACIACI
|12345678901234|I.N.I.C.I.A.I.S.|201806251451036|10000|200|300|400|500|600|70
0|800|3200|1234561AB123456789012318I|ASSINATURA DIGITAL

4. Layout

Para cada ato lavrado o cartório deverá enviar um conjunto de informações para o TJ/SP. Esse conjunto é denominado de “Registro do Ato”. Segue abaixo a sua composição e subdivisões.

REGISTRO DO ATO															
Nome do Campo	Código do [selo digital]	Código Identif. do Ato [oia]	[doc] CPF ou CNPJ	[iniciais] do Nome	[data] e Hora do Ato	[emolumentos]	[estado]	[ipesp]	[santa casa]	[registro civil]	[tjisp]	[iss]	[mp]	[total]	[assinatura digital]
Quantidade de Posições ou Caracteres	25	32	14	30	15	Até 20	Até 20	Até 20	Até 20	Até 20	Até 20	Até 20	Até 20	Até 20	Certificado A1 ou A3 com protocolo SHA256RSA

- Campo “Selo Digital”. Características comuns do Selo Digital para atos notariais.

As 25 (vinte e cinco) posições alfanuméricas do Selo Digital serão divididas nos seguintes campos:

1º Campo: Para o preenchimento do **Código Nacional de Serventia (CNS)** - Com 6 (seis) posições.

2º Campo: Para o preenchimento da **Natureza** do cartório - Com 1 (uma) posição. A natureza “Notas” será identificada pelo número 1.

3º Campo: Para o preenchimento de **Informações** com 17 (dezesete) posições.

- 2 posições para a sigla do Tipo do Ato (ver tabela abaixo)
- 13 posições para o número do selo a ser gerado e controlado pelo próprio cartório. Nos casos de uso de selo físico em autenticações e reconhecimentos de firma, essas 13 posições serão ocupadas pelo número do selo físico impresso no próprio ou obtido a partir da leitura do QRCODE do selo.

- 2 posições para o ano

4º Campo: Para o preenchimento do **Dígito Verificador** - Com 1 (uma) posição, utilizando o algoritmo **Luhn Mod N**.

- Campo “Código Identificador do Ato”

O código que descreverá o Ato praticado nas Serventias conterà 32 (trinta e duas) posições alfanuméricas. Algumas especialidades precisam desse campo para colocar matrícula ou outra informação que ofereça aos Órgãos Reguladores, Fiscalizadores e ao Cidadão a garantia da verificação da autenticidade dos Atos praticados.

Para a especialidade de “Notas” este campo não deverá ser preenchido quando houver selo físico ou ato não protocolar. Para atos protocolares, deverá ser preenchido com:

- 6 posições para o número do livro
- 1 posição para o complemento do livro
- 3 posições para o número da folha/página
- 1 posição para o complemento da folha/página
- as posições não utilizadas deverão ser preenchidas com zeros.

- Campos Doc e Iniciais.

- 14 posições. Será preenchido com o CPF ou CNPJ da parte principal do Ato.

Deverá ser preenchido com zeros quando não possuir CPF ou CNPJ, nos casos de Testamento e nos casos de autenticação.

- 30 posições. Será preenchido com as iniciais do nome da parte principal do Ato.

Deverá ser preenchido com zeros nos casos de Testamento e de autenticação.

Para reconhecimento de firma o envio dos Campos Doc e Iniciais é facultativo.

Quando o campo Doc e/ou o campo Iniciais não for preenchido, deverá ser inserido pelo menos um dígito zero “0” em cada campo.

- Campo data.

- 15 posições. Será preenchido com a data e hora do ato.

- Campos de valores de emolumentos.

- 20 posições. Valor dos emolumentos percebidos pelo tabelião.
- 20 posições. Valor dos emolumentos repassados para o estado.
- 20 posições. Valor dos emolumentos repassados para o IpeSP.
- 20 posições. Valor dos emolumentos repassados para a Santa Casa.
- 20 posições. Valor dos emolumentos repassados para o fundo do Reg.Civil.
- 20 posições. Valor dos emolumentos repassados para o TJ/SP.
- 20 posições. Valor dos emolumentos recolhidos para o ISS.
- 20 posições. Valor dos emolumentos repassados para o MP.
- 20 posições. Valor total dos emolumentos.

- Assinatura digital.

Assinatura digital de todo o registro utilizando Certificado A1 ou A3 com protocolo SHA256RSA.

Lista de atos notariais no Portal do Extrajudicial
(Siglas serão usadas nos selos digitais)

Sigla	Nome
AP	Apostilas (Haia)
AD	Autenticações digitais (CENAD)
CS	Cartas de Sentença
AN	Atas Notariais
AU	Autenticações (selo híbrido)
CE	Certidões em Geral (Notas)
CM	Chancela Mecânica
ES	Escrituras
FR	Firmas reconhecidas *** extinto e substituído pelos 5 itens abaixo.
S1	Firma 1 sem valor econômico (selo híbrido)
S2	Firma 2 sem valor econômico (selo híbrido)
C1	Firma 1 com valor econômico (selo híbrido)
C2	Firma 2 com valor econômico (selo híbrido)
RA	Reconhecimento de firma por autenticidade (selo híbrido)
PR	Procurações
TE	Testamentos
TR	Traslado
CG	Cartas de Sentença (gratuita)
EG	Escrituras (gratuitas)
PG	Procurações (gratuitas)
TG	Testamentos (gratuitos)
AF	Abertura de Firmas
FC	Fotocópias
JG	Especias (Lei 11.331/02, art. 9º) Assistência Judiciária e outras gratuidades
IS	Isenção (Lei 11.331/02, art. 8º "caput") União, Estados, DF, Municípios e respectivas autarquias
IE	Isenção (Lei 11.331/02, art. 8º Parágrafo Único) Estado de São Paulo e respectivas autarquias